

Festas de Confraternização 25 anos

Iniciamos o ano de 2014 promovendo uma série de atividades comemorativas aos 25 anos do Sintect-MS. Foram organizados encontros festivos em Campo Grande, Coxim, Dourados, Miranda e Três Lagoas, reunindo centenas de trabalhadores ecetistas ativos, aposentados e seus familiares.

Na ocasião, relembramos os presidentes que passaram pela entidade, as lutas desenvolvidas e os desafios colocados para a categoria. Tivemos a grata satisfação de contar com a presença de lideranças nacionais ligadas ao movimento sindical e políticos representativos que participaram da confraternização, reafirmando o compromisso de apoiar a nossa luta.

Não faltou alegria e fartura para marcar um momento tão importante.



Campanha Publicitária Milionária Vira Alvo de Críticas

O Sintect-MS não poupou a direção da ECT de críticas à campanha publicitária de promoção da nova logomarca que consumiu mais de R\$ 40 milhões dos cofres da empresa. O investimento, no entendimento da diretoria do sindicato, não era prioritário, uma vez que a baixa lucratividade foi um dos argumentos utilizados para o endurecimento nas negociações da PLR, sem falar nas condições de trabalho existentes, com sistema operacional lento, demora na liberação de itens de uso permanente como EPIs, bicicletas de qualidade inferior, falta de peças de reposição, demora nas reformas dos prédios e falta de contratação de pessoal.

Agindo desta forma, cumprimos nosso dever de fiscalizar e apontar falhas na gestão, no sentido de melhorar a imagem da empresa para seu público externo e interno, reiterando nosso

compromisso como uma empresa pública, estatal e com investimentos prioritários nos trabalhadores e na melhoria das condições de trabalho.



Encarando os Desafios

Janeiro e fevereiro de 2014 direcionamos nosso trabalho na organização das festas comemorativas dos 25 anos do Sintect-MS. Um marco histórico que reuniu trabalhadores ecetistas e seus familiares numa celebração de conquistas e amizade.

Em março reafirmamos nosso compromisso com as ações pela igualdade de gênero, realizando o 2º Encontro Estadual da Mulher Ecetista, com eleição de delegadas para o Encontro Nacional. Neles discutimos nossas questões específicas e que com certeza vão resultar em avanços na consciência em defesa das bandeiras.

Em abril contestamos a proposta de pagamento da PLR, reduzida a R\$ 272,00. Depois de exaustivas audiências no TST, deflagramos em novembro uma paralisação diante do descaso da empresa para a proposta formulada pelo ministro Ives Gandra e demais itens do acordo coletivo de trabalho. Se não avançamos ainda mais, foi em razão da truculência da empresa e da necessidade de maior união e participação da categoria nos movimentos paretistas. Mesmo Assim, assinamos o acordo com o aval dos trabalhadores, discordando dos critérios adotados que veiculou por três anos a vigência do acordo, uma camisa de força.

No campo da negociação salarial também obtivemos avanços. Além de garantir a reposição das perdas salariais provocadas pela inflação conseguimos tirar a negociação do âmbito da Justiça do Trabalho, negociando diretamente com a empresa, sem a necessidade dos sucessivos dissídios.

A morte repentina do companheiro de luta, Alexandre Takachi, foi sentida profundamente por todos da diretoria e pela família Ecetista, no entanto, seu idealismo, coerência e vitalidade viraram fonte de energia para que pudéssemos encarar as responsabilidades e os desafios de conduzir o Sintect-MS de forma responsável e democrática, mesmo com sua ausência fechamos o ano de 2014 com um saldo positivo na defesa dos direitos dos trabalhadores dos correios.

Agora é hora de arregaçar as mangas para os desafios de 2015 que não serão fáceis, tendo em vista a política de contenção gastos públicos adotada pelo Governo Federal e o cenário de crescimento econômico mais lento provocado pela instabilidade da economia mundial.

Continuaremos a política de dialogar com os trabalhadores nas unidades da capital e interior para juntos construirmos nossas estratégias e táticas para garantir avanços e melhorias na qualidade de vida dos ecetistas.

Feliz Natal e um 2015 com vitalidade e energia para as lutas.



Elaine Regina de Souza Oliveira
Secretaria Geral do Sintect-MS

II Encontro de Mulheres Discute Violência



MS para o Encontro Nacional de Mulheres.

Dando continuidade ao compromisso de combater o assédio moral e pautar as reivindicações específicas do segmento realizamos em março, o II Encontro Estadual de Trabalhadoras Ecetistas. O tema deste ano abordou as práticas de violência contra a mulher, ministrada pela historiadora e ativista feminina, Maria Rosana Pinto, que também falou sobre a participação das mulheres no movimento sindical e na sociedade. Também foram eleitas as companheiras Ivone Castro da Luz (CEE Campo Grande), Eleudimar Silveira Gomes (CDD Dourados) e Shirlei Doris Vieira (AC Fatima do Sul) como representantes do

Ampliação da Rede Credenciada da Postal Medicamento

Outra conquista importante para a categoria, em maio, foi a ampliação da margem para compra de medicamentos da rede credenciada de farmácias e drogarias. O pedido foi formulado pela direção do Sintect MS à Postal Saúde, no intuito de trazer melhorias no atendimento e proporcionar aos trabalhadores do estado de MS o real benefício deste convênio, pois boa parte da categoria estava sem limite para aquisição das receitas médicas.

O Vale Drogaria foi um direito conquistado com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011. A sua implantação, no entanto, aconteceu somente em 2012, com a intermediação da FENTECT, cuja direção majoritária era composta pelo Movimento Sindical de Base (MSB, o qual o Sintect-MS faz parte) e Articulação Sindical.

Colocação de segurança armada em resposta a cobrança do Sindicato

A falta de segurança nas agências e unidades de trabalho é alvo de cobrança permanente da direção do Sintect-MS junto à DR-MS. A situação de insegurança ganhou uma dimensão maior após o assalto na agência dos Correios em Nova Andradina, ocorrido no último dia 28 de maio. A ação ocorreu em plena luz do dia, às 10 horas da manhã e acabou com ferimento de projétil no braço de um funcionário. Em

razão disso, a DR-MS atendeu o pedido do Sindicato e viabilizou a colocação de segurança em diversas agências do interior, trazendo mais tranquilidade a funcionários e clientes. Porém, a ação deve ter continuidade com a instalação de sistema de monitoramento e portas eletrônicas, uma vez que assumimos cada vez mais o papel de agência bancária.

Sintect-MS cobra melhoria qualidade no ambiente de trabalho dos ecetistas

No decorrer do 2014 foram encaminhadas diversas reivindicações que vão contribuir para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores ecetistas. Cobramos da DR de forma insistente, o atendimento de reivindicações específicas apresentadas em reuniões e visitas dos diretores do Sintect-MS às unidades de trabalho da capital do interior. Diante do descaso da direção nacional dos Correios, no dia 13 de novembro, organizamos uma paralisação de 24 horas com adesão dos funcionários da capital e diversas cidades do interior pelo descumprimento do ACT, retardamento no pagamento PLR, demora na implantação da periculosidade de 30% para motoqueiros, redução de jornada de trabalho para atendentes para 6 horas, melhores condições de trabalho e a contratação de mais funcionários por meio de concurso público.

Não paramos por aí. Encaminhamos dezenas de ofícios e realizamos varias reuniões com o diretor regional cobrando providências nas questões vitais para o bom andamento da rotina de trabalho, com base nas NBRs, como instalação de bebedouros, dedetização,

reforma e ampliação de banheiros, conserto de sistema de esgotamento, saídas de emergência, refrigeração, melhoria de atendimento do Plano de Saúde, credenciamento de novos médicos e clínicas, reembolso de gastos com transporte e alimentação para dependentes.

Além dos ofícios encaminhamos denúncia no Ministério Público do Trabalho pela falta de EPIs, com isso, a empresa já foi intimada a comprovar através de documentos que a distribuição de EPIs está em dia. Conseguimos com isso fazer com que a empresa entregasse este material já a alguns trabalhadores que estavam necessitando deste item.

O mesmo pedido aconteceu em relação as bicicletas, as quais solicitamos a substituição por qualidades mais resistentes. Depois, conquistamos a implantação no Vale Cultura, resultado do acordo coletivo de trabalho, pago de forma retroativa a janeiro, e que sem dúvida vai permitir aos ecetistas momentos de lazer, cultura e aperfeiçoamento intelectual.



Sindicato reivindica melhorias na Postal Saúde

Ficou instituído com a assinatura do Acordo de PLR a criação de um Comitê Paritário de Qualidade do Plano de Saúde, que será composto por quatro representantes da empresa e quatro da federação, com a finalidade de resolver as questões pendentes ao cumprimento das cláusulas do Acordo relativo ao Plano de Saúde.

Este comitê já teve sua primeira reunião no dia 10/12, data em que se iniciou as discussões e definiu os temas que serão abordados e as periodicidades das reuniões. A próxima reunião está prevista para o dia 07 de janeiro de 2015.

A participação da federação foi uma forma de encontrar soluções aos vários problemas apontados pelos trabalhadores no atendimento médico, já relatados pelo Sintect-MS à Diretoria Regional dos Correios: a falta de credenciamento de médicos e clínicas especializadas, a excessiva burocratização no atendimento odontológico, dificuldade no reembolso com tratamento, descredenciamento, demora na cirurgia dentre outros.

Desta forma, a direção do Sintect-MS solicita a toda a categoria que encaminhe por correio eletrônico (email) documentos e relatórios que apontem as dificuldades e os problemas relacionados ao plano de saúde, para que possamos apresentar a este comitê. Contamos com a colaboração!

Também conclamamos os funcionários a denunciar as falhas de atendimento na Agência Nacional de Saúde (ANS) órgão que regula os planos de saúde, através do telefone 0800-701-9656.

Seminário discute situação e rumos do Postalís

Sob o fogo cruzado de jogos de interesse, a situação dos Planos de Previdência Complementar do Postalís foi objeto de discussão em seminário promovido pelo Sintect-MS, em agosto deste ano, com a participação do Conselheiro Manoel Almeida Santana, eleito juntamente com José Rivaldo da Silva, como representantes dos trabalhadores, com seminários em Campo Grande e Dourados, e reuniões setoriais em várias unidades de trabalho dos correios.

Na exposição o Conselheiro falou dos motivos do desempenho negativo do Plano BD Saldável, provocado principalmente por investimentos mal feitos, como no Banco Santos e que agora são objetos de investigação pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. Falou das dificuldades e das retaliações contra os representantes dos trabalhadores. Reafirmou a importância da fiscalização e monitoramento da representação

sindical nas decisões tomadas pelo Conselho Administrativo, tendo em vista importância do Plano como forma de garantir uma renda complementar após a aposentadoria, em alguns casos, com rendimentos superior ao pago pela Previdência Social.

Como desdobramento e cobrança da representação dos trabalhadores por mais transparência do Postalís foi criado o serviço 0800 607 4444 com atendimento regionalizado em MS, SC, PE RJ e RO para responder dúvidas sobre empréstimos, rentabilidade e acolher sugestões dos investidores. Além disso, segundo Manoel, agora os investimentos estão concentrados em fundos públicos com rentabilidade a longo prazo e menos riscos no mercado.

Acordo Coletivo retoma negociação direta com a Empresa



Após três anos com o TST decidindo as bases do nosso acordo coletivo de trabalho, sob pressão, ameaça de greve e mobilização, conseguimos fazer com que a direção dos Correios apresentasse uma contraproposta para o Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, abrindo um canal direto de negociação.

Com isso retiramos do TST o poder de decidir nosso destino, com poucos avanços nas negociações, com as decisões arbitradas se limitando a reposição das perdas salariais.

Apesar do momento difícil de negociação, em razão do ano eleitoral, e da política de contenção de gastos pelo Governo Federal, arrancamos avanços no processo de negociação. É bom lembrar que no início das negociações, a empresa oferecia apenas 6,5% de reajuste com base no Índice de Preço ao Consumidor (IPC), rejeitado pela categoria. Com a decretação do Estado de Greve, a negociação continuou e conquistamos alterações em pontos importantes para a categoria.

Conheça os pontos de avanço do acordo

Cláusula 06 - GARANTIAS AO EMPREGADO ESTUDANTE

§7º Priorização de transferência, frente ao SNT, de empregado estudante.

Cláusula 07 - LICENÇA ADOÇÃO

§1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança de até 12 (doze) anos, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias, podendo optar pela prorrogação de 60 (sessenta) dias.

Cláusula 09 - ADICIONAL DE ATIVIDADE DISTRIBUIÇÃO E COLETA - AADC

A ECT garantirá às empregadas gestantes e em período de licença maternidade.

§1º O adicional de 30% do salário base, para a empregada gestante ocupante do cargo de Agente de Correios, na Atividade de Carteiro, a partir do 5º (quinto) mês de gestação, quando deslocadas para serviços internos com o objetivo de preservar o estado de saúde da mãe e da criança.

Cláusula 27 - ACOMPANHANTE

§ 2º Para o empregado que possui filho com deficiência nos termos da Cláusula 48 - Auxílio para Dependentes com Deficiência, o período para acompanhamento será acrescido de 4 (quatro) dias úteis o que equivale a 8 (oito) turnos de trabalho.

Cláusula 33 - EMPREGADO INAPTO PARA RETORNO AO TRABALHO

AECT garantirá o imediato retorno ao trabalho para trabalhadores que tiveram cessado o seu benefício, por terem sido considerados aptos para o trabalho pelos peritos do INSS.

Cláusula 41 - DISTRIBUIÇÃO DOMICILIÁRIA

§6º A Empresa priorizará as entregas matutinas em âmbito nacional, nos Centros de Distribuição Domiciliária - CDD, desde que atendidos alguns requisitos.

Cláusula 51 - VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

Valor facial de R\$ 30,13 (trinta reais e treze centavos) na quantidade de 26 (vinte e seis) ou 30 (trinta), e Vale Cesta no valor de R\$ 188,58 (cento e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

§5º Serão concedidos, a partir da vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho, os Vales Refeição ou Alimentação e Vale Cesta referidos nesta cláusula nos primeiros 90 dias de afastamento por licença médica, e até o retorno por motivo de acidente do trabalho, inclusive para aposentados em atividade que estejam afastados em tratamento de saúde.

§8º Concessão de 1 (um) crédito extra, no valor total de R\$ 813,51 (oitocentos e treze reais e cinquenta e um centavos) a título de Vale Cesta Extra,

Cláusula 53 - VALE CULTURA

§2º Os empregados cuja adesão ao vale cultura ocorra em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do ACT, terão o benefício creditado em parcela única, retroativo ao mês de janeiro de 2014 ou à data de admissão do empregado na ECT.

Cláusula 76 - SEGURO DE VIDA

Empresa providenciará Seguro de Vida para os Agentes de Correios, atividade Carteiro e Atendente Comercial, no próximo exercício, desde que se encontre na efetiva atividade, cuja discriminação das coberturas serão dispostas em instrumento específico.

CLÁUSULA 63 - REAJUSTE SALARIAL

A ECT concederá aos empregados a partir de 1º/8/2014, reajuste salarial no valor fixo correspondente a 6,5% (seis vírgula cinco por cento) da referência salarial ocupada pelo empregado em agosto de 2014, que será pago na forma de gratificação, denominada Gratificação de Incentivo à Produtividade - GIP.

§1º Nos casos em que o valor apurado com a aplicação do percentual for menor que R\$ 200,00 (duzentos reais), aplicar-se-á o valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais). Caso contrário, havendo um resultado maior de R\$ 200,00 (duzentos reais), considerar-se-á, para efeitos da GIP, o valor mais vantajoso para o empregado.

§2º Sobre a GIP incidirá anualmente o percentual linear de reajuste salarial concedido por ocasião da data-base.

§3º A GIP produzirá reflexos sobre o pagamento de férias, décimo terceiro, FGTS, dentre outras rubricas, excluídos os adicionais, anuênios, funções, gratificações e demais rubricas de caráter pessoal.

§4º A GIP será incorporada à referência salarial do empregado, da seguinte forma:

I - 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado no exercício de 2015, pagos na folha do mês subsequente à aprovação das contas pela Assembleia Geral Ordinária.

II - 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado no exercício de 2016, pagos na folha do mês subsequente à aprovação das contas pela Assembleia Geral Ordinária.

III - Sobre os demais 50% (cinquenta por cento) de seu valor inicial atualizado, no percentual de 10% (dez por cento) para cada R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) de lucro líquido

atingidos pela Empresa, até sua completa incorporação à referência salarial do empregado, a

partir do exercício de 2014. Caso o lucro líquido supere o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor da GIP será calculado obedecida a relação de 2% (dois por cento) de incorporação para cada R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de lucro líquido alcançado.

Justiça suspende liminar ganha pelo sindicato

Conquista definida no Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, o pagamento do Vale Alimentação/Refeição aos trabalhadores afastados por acidente de trabalho, ainda não foi implantado pelos correios.

Mesmo constando em nosso acordo coletivo de trabalho a empresa tem uma atitude lastimável em se recusar a pagar o vale alimentação/refeição aos trabalhadores afastados por acidente de trabalho.

Sintect-MS por sua vez moveu uma ação contra o descumprimento do acordo coletivo, na qual que resultou em liminar favorável obrigando a empresa a conceder o benefício aos trabalhadores afastados antes da data de vigência do acordo, em agosto. No entanto, a empresa recorreu em instância superior e foi caçada a liminar antes concedida ao Sindicato em primeira instância, sob a argumentação de que pelo acordo só vale para os funcionários afastados a partir da vigência do acordo. O juiz que cassou a liminar fez a entender que a responsabilidade é do TST para fixar a data de vigência deste ponto do acordo.

Sendo assim, é lamentável que até o presente

momento, a direção majoritária da Fentect comandada pela Intersindical e com o apoio do PSTU, não moveu uma palha para reivindicar o pagamento retroativo do tíquete alimentação aos afastados, nem mesmo protocolou ofício pedido um esclarecimento do TST. Além disso, não fez nada para provocar a Justiça a tomar uma decisão que beneficiasse centenas de trabalhadores, o que mostra a falta de interesse desta direção em brigar pelas reivindicações justas da categorias em âmbito nacional. É só bravata e gritaria e pouca ação.

A assessoria jurídica do SINTECT-MS já esta providenciando pedido de reconsideração desta decisão do juiz.



Audiência no TST discute implantação do Adicional da Periculosidade.

O SINTECT-MS não deu trégua na luta pelo direito de pagamento do adicional de periculosidade de 30% para os trabalhadores condutores de motos. Foi a primeira entidade sindical do País a mover ação judicial solicitando a sua imediata implantação, o que levou a empresa a recorrer a dissídio no TST para manifestar o entendimento sobre o benefício.

Mesmo garantido em Lei, a empresa procura mecanismos para burlar o pagamento de adicional de periculosidade para trabalhadores dos Correios garantido pela Lei 12.997/14, sancionado este ano pela Presidenta Dilma. A empresa quer apenas substituir o AADC pela periculosidade, mudando apenas a nomenclatura. A interpretação foi objeto de avaliação na audiência de conciliação e instrução no TST, a pedido da empresa. Ela alega que já paga o AADC, também no percentual de 30% e que não poderia pagar dois direitos concedendo o mesmo benefício.

Na audiência ficou caracterizado a intenção da empresa em substituir um benefício pelo outro, como vem fazendo até o momento. Na busca por uma

conciliação, o Ministro Ives Gandra propôs “que a empresa substitua a gratificação de função convencional por um adicional específico. Que contemple os carteiros motorizados em percentual atualmente recebido à título de gratificação, que possa chegar até 25%.”.

Mesmo com a proposta trocando seis por meia dúzia, os representantes da ECT alegaram que era preciso ouvir a direção, precisando de um tempo maior para estudar a proposta e sua viabilidade econômica.

Caso a proposta do Ministro seja aceita pela empresa, ela deverá ser repassada pelo TST para a avaliação dos Sindicatos.